

O Futuro é IGUALDADE

Moção de Orientação Política

Primeira subscritora:

Elza Pais



Elza Pais

Candidatura

MS-ID | 2023-2025

Vivemos momentos muito críticos e de grande dificuldade política, que exigem que nos unamos para salvaguardar o regime democrático e os princípios fundadores do nosso Partido.

Estas eleições ocorrem num momento crucial da nossa vida em democracia, dado que estamos à beira do início das comemorações do 51º aniversário do PS e do 50º aniversário da nossa terna Democracia.

As Mulheres Socialistas – Igualdade e Direitos (MS-ID) são uma estrutura do Partido Socialista que tem como objetivo promover uma efetiva igualdade de direitos entre mulheres e homens, a participação paritária em todos os domínios da vida política, económica, cultural e social, bem como contribuir para a **definição ideológica e programática das políticas na frente parlamentar, nas estruturas partidárias**, no apoio à ação governativa e na intervenção junto da sociedade civil.

Desde a revisão estatutária de 2018 que as MS-ID são uma estrutura autónoma no âmbito do Partido Socialista, o que tem permitido o empoderamento, a maior mobilização e participação ativa das mulheres socialistas em todo o território nacional, dado que estas passaram a dispor de outras condições para melhor desenvolverem a ação política e afirmarem os princípios de Igualdade que o PS desde sempre defendeu. As mulheres socialistas conquistaram uma estrutura com maior poder de representação e de representatividade, e o direito a participarem ativamente nos processos de designação das candidaturas a cargos de representação política.

Esta nova estrutura das MS-ID passou a ter uma **organização de base concelhia** inexistente até à data, o que implicava um défice de participação para as mulheres socialistas, não lhes permitindo integrarem os órgãos da concelhia. Esse facto dificultava-lhes o acesso aos cargos de dirigentes das estruturas políticas e contribuiu para o défice de representatividade nos cargos eletivos e de representação política do PS que ainda não superámos totalmente. Estamos, portanto, perante **uma conquista histórica de que a direção das MS-ID cessante muito se orgulha**.

Estamos hoje aqui para falar do presente, mas sobretudo para projetar o presente no Futuro. Cinquenta anos de Partido Socialista significam cinquenta anos de luta por um País melhor, fraternamente construído por mulheres e homens, unidos nos valores republicanos da liberdade, igualdade e solidariedade.

Lutámos contra a Ditadura. **Afirmámos** a democracia, nunca pronta, e sempre em construção. Foi essencial, nesta longa caminhada de 50 anos, a dedicação e a **militância de muitas mulheres**, que deram o seu tempo, o seu trabalho e a sua esperança para aqui chegarmos. Somos, por isso, herdeiras de um legado que nos responsabiliza nas **conquis-**

tas alcançadas, e nas que **ainda não foram feitas**, no caminho a um mundo verdadeiramente paritário.

Mas essas lutas não foram em vão, e em meio século de democracia, pelas mãos do Partido Socialista, de **Mário Soares** a **António Costa**, fomos conquistando direitos que antes nos eram negados:

- Lutámos pelo direito ao *divórcio* e à *interrupção voluntária da gravidez*. **Pelo** acesso à procriação medicamente assistida para todas as mulheres; pelo *casamento entre pessoas do mesmo sexo*; **pelos** direitos das pessoas LGBTIQ+ e pelo *direito à identidade de género*;
- **Lutámos por legislação** inovadora contra o sofrimento humano;
- **Lutámos e conseguimos** *Leis da Paridade* na política nas empresas que garantam uma participação equilibrada de mulheres e homens contra o desperdício dos nossos talentos. Continuamos a lutar por salários iguais.
- Abrimos o caminho para a adoção da **Diretiva Europeia para a Igualdade nos Conselhos de Administração das Empresas**; e para a Diretiva de **Transparência Salarial**. Em Portugal já existem essas Leis desde 2017, e tal acontece porque temos um governo socialista.

Temos um Governo Paritário pela primeira vez na história da nossa Democracia e uma **Lei da Paridade** com limiares de 40% para o género sub-representado.

Temos Leis da Paridade para a tomada de decisão económica com limiares de 33% (nos Conselhos de Administração das empresas cotadas em bolsa e nas empresas do sector empresarial do Estado) e de 40% (no pessoal dirigente e órgãos da administração pública).

São conquistas históricas pelas quais as mulheres socialistas muito lutaram e continuam a lutar.

Reivindicámos, ainda para esta legislatura, **alternância de género** nos dois primeiros lugares das listas para fazer subir as mulheres para o topo das lideranças. Isto, porque não basta ter uma representação igualitária, é preciso **ter também as lideranças**. E, para isso, temos de assegurar que as mulheres estejam, não apenas nas listas, **mas no topo das listas**.

Muita coisa tem sido feita, é certo, para afirmarmos as lideranças partilhadas e paritárias, mas muito há ainda a fazer ao nível das culturas políticas e sobretudo no poder local.

Apostámos em *políticas de conciliação entre a vida familiar, profissional e pessoal* e *lançámos a licença de parentalidade* para atrair os homens para o exercício responsável da paternidade.

Pelas mãos do PS, a *Violência Doméstica foi considerada crime* público e novos combates estão em curso contra qualquer tipo de violência de género.

Temos *Políticas contra o Racismo* e *Planos para integração de minorias étnicas*.

Somos um país de referência mundial nas *políticas de migração e de acolhimento de refugiados*.

Aprovámos a **Agenda do Trabalho Digno** e apostámos na **economia do cuidado** e da **conciliação** entre a vida familiar, pessoal e profissional.

Conseguimos, depois de muita luta que a União Europeia aderisse à **Convenção de Istambul**, agora que muitos estão a contestá-la, sendo esta uma conquista importantíssima para uma Europa livre de violência. Em Portugal, e por toda essa Europa, as **mulheres foram essenciais** na construção deste espaço de Direitos, e **na luta** contra todo o tipo de discriminações, na luta contra opressão e normas patriarcais, **na luta** pelo respeito, inclusão, participação e acesso igualitário a direitos e oportunidades.

Todas estas causas que abraçámos, muito contribuíram para o progresso de Portugal – somos um país moderno, aberto ao mundo, solidário e tolerante.

O PS sempre lutou por um **Estado Social** forte que apoie e proteja todas as pessoas, e ainda mais, as mais vulneráveis; e sempre fez uma aposta inconfundível na promoção dos **Direitos Humanos**, da **Cidadania** e da **Igualdade**.

Todas as pessoas sabem o que queremos, sabem o que defendemos, qual o rumo que traçamos para o nosso País, assim como os resultados positivos que temos alcançado em momentos muito difíceis da nossa vida coletiva.

Alcançámos muito nos últimos 30 anos, mas, o que temos para fazer é ainda + do que o que já fizemos.

E por isso, não podemos parar!

Chegadas aqui, temos hoje de dizer, que não, **não está tudo feito**, e os **retrocessos estão aí**.

Sabemos que o progresso do atual modelo de desenvolvimento não só melhorou as condições de vida da maioria das pessoas, como foi capaz de alavancar um crescimento ímpar na história da Humanidade. Porém, esta aceleração extraordinária na história da Humanidade teve um forte preço:

- por um lado, a degradação da biosfera e a crise climática a que assistimos;
- por outro, o aumento das desigualdades e surgimento de novos fenómenos de exclusão e mal-estar social, as designadas, “novas desigualdades”.

Não podemos esquecer que estamos a viver momentos críticos com uma Guerra no nosso Continente sem fim à vista, com consequências desastrosas para as pessoas e para a economia - **A violência sexual e o tráfico de seres humanos** atingem de forma brutal as mulheres e meninas neste tipo de conflitos.

Não podemos deixar de salientar, como foi sublinhado no último *Relatório Europeu sobre os Direitos Humanos e a Democracia no Mundo*, que as raparigas migrantes e refugiadas que necessitam de proteção devem ser vistas como titulares de direitos.

Não podemos esquecer a onda dos populismos e nacionalismos, que vergonhosamente utilizam estas Crises para impor agendas antidemocráticas, sexistas, homofóbicas e xenófobas contra os Direitos Humanos, e recuos incríveis nos direitos conquistados ao nível da IVG, e das pessoas LGBTIQ+.

E que estas situações têm abalado e feito tremer os **Pilares da Democracia e da Igualdade**.

As sucessivas crises e a guerra da Ucrânia invadida pela Rússia fizeram **emergir populismos**, que são o **principal inimigo da Democracia**. É contra eles que hoje temos de lutar!

Estes recuos civilizacionais em termos de valores e direitos humanos põem em causa o cumprimento das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a Agenda 2030 para um desenvolvimento sustentável como a ONU a definiu há 7 anos atrás, em 2015. A Igualdade de género **é um desses Objetivos (ODS 5)**, que, além das metas específicas para a eliminação da violência e empoderamento de mulheres e meninas, se assume como transversal a todos os outros Objetivos. Ou seja, os ODS integram a **perspetiva de género** como fator essencial ao cumprimento de cada um dos 17 Objetivos, uma vez que pretende que cada domínio de ação contribua também para a diminuição das desigualdades que afetam desproporcionalmente mulheres e homens. Segundo a Diretora-geral executiva da ONU Mulheres pretende-se em 2030 um planeta onde será alcançada a Igualdade de Género: Planeta 50/50.

O País e o Partido **podem contar** com a força, o trabalho e a energia das MS **para estancar retrocessos** e limitações à concretização dos nossos direitos.

O princípio europeu da Igualdade **fica comprometido** se metade da humanidade não participar de forma ativa na sua construção e se as mulheres não apanharem todos os comboios da emancipação e empoderamento.

O futuro fica comprometido se não conseguirmos coletivamente, e em conjunto, salvar guardar os direitos das mulheres como **Direitos Humanos**, inalienáveis e intransmissíveis como foram proclamados há mais de 25 anos na *Conferência Mundial das Mulheres em Pequim*.

Há por isso ainda um longo caminho a percorrer, porque uma sociedade só é verdadeiramente democrática quando envolve homens e mulheres em todas as esferas da vida. “A diferença entre uma comunidade quebrada e uma próspera é a presença de mulheres que são valorizadas” (Michael Obama)

Deste modo, não queremos

- Que mais nenhuma mulher seja **assassinada** às mãos do companheiro;
- Que mais nenhuma pessoa **LGBTIQ+** seja perseguida;
- Que nenhuma menina seja vítima das atrocidades da **MGF**.

Queremos

- **aborto seguro** em toda a UE;

- Igualdade **salarial**;
- Igualdade no **acesso ao digital**.

E sabemos que não há **transição climática** sem um profundo envolvimento das mulheres.

Queremos a riqueza da diversidade.

Queremos **abordagens interseccionais** e com perspetiva de género nas políticas, nas leis e nos orçamentos, para uma vida digna, com integridade e autodeterminação, livre de discriminações, coerções e opressões.

Não queremos esmolas, queremos direitos e paridade!

- Save place for Women.

Lutar por projetos e não por lugares é a única atitude que deverá nortear a nossa ação política transformadora (ML Pintasilgo).

Queremos uma Europa socialista e feminista.

E isso está nas nossas mãos, de todas, e de cada uma de nós.

Nada nos parará na construção de um país melhor!

Resistiremos a todas as adversidades porque sabemos que **nenhum progresso será alcançado sem o esforço, a presença e a energia das mulheres**.

É urgente que Portugal seja firme na defesa intransigente dos seus valores fundadores da solidariedade, da Igualdade e dos direitos humanos, contra aqueles que defendem uma Visão Não Emancipatória do Mundo.

Lutar pelos direitos das mulheres, é lutar pela Democracia, por uma sociedade mais justas onde ninguém fique para trás.

Juntas e juntos seguiremos e prosseguiremos rumo a um mundo melhor sem homofobia, racismo, sexismo ou qualquer outro tipo de discriminação que limite os nossos direitos. A um mundo onde consigamos combater as desigualdades sociais, a pobreza energética, enfrentar as alterações climáticas, os desafios demográficos e as desigualdades digitais.

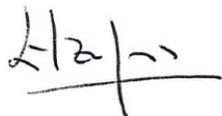
Temos de canalizar todas as nossas forças, toda a nossa energia para **ganharmos as próximas eleições legislativas** e para continuarmos a fazer da União Europeia um lugar de progresso, onde, como disse **Ursula von der Leyen**, as mulheres, raparigas e as meninas se sintam protagonistas das suas vidas. E onde haja oportunidades iguais para todas as pessoas.

Os Desafios são imensos, a vontade de os cumprir é enorme. Contudo, os obstáculos estão aí e os retrocessos estão no ar.

O que precisamos de fazer coletivamente para os ultrapassar é o desafio que temos de enfrentar!

Estamos aqui **bem firmes** a dizer **Presente** ao nosso Partido e ao País.

Sem mulheres não há democracia (Maria de Lourdes Pintasilgo)



Elza Pais,

29 de novembro de 2023

1. Combater os populismos que ameaçam os direitos das Mulheres

Assistimos a sérios desafios ao Estado de direito, à liberdade e aos direitos fundamentais. O crescimento da extrema-direita promove ataques graves aos direitos das mulheres, da comunidade LGBTI, dos migrantes, dos requerentes de asilo e refugiados. As Mulheres Socialistas assumem o compromisso de proteger os direitos das mulheres e dos mais vulneráveis que são os mais afetados pela extrema-direita e pelas suas políticas.

A afirmação da igualdade de género como valor fundamental da UE é um princípio-chave do Pilar Europeu dos Direitos Sociais que apoia o combate aos populismos que crescem na Europa e no mundo. As Mulheres Socialistas-Igualdade e Direitos propõem-se acompanhar a implementação da Estratégia para Igualdade de Género conforme definida a nível europeu, como um guia para políticas nacionais e ações para a igualdade de género de modo a manter Portugal na linha da frente da igualdade de género na Europa.

O nosso compromisso em combates europeus e internacionais é essencial para conseguirmos tornar os direitos sociais uma realidade na implementação efetiva do Plano de Ação no Pilar Europeu dos direitos sociais.

<p>Os populismos ameaçam os Direitos das Mulheres, os Direitos Humanos e a Democracia. Introduzem retrocesso na Agenda Progressista da Igualdade.</p> <p>Acompanhar os desafios e propostas do PES e PES Women e ONU Mulheres.</p>	<p>Manter a Agenda da Igualdade bem presente em todos os domínios de ação política.</p> <p>Combater os retrocessos nos aos direitos das mulheres.</p> <p>Combater todas as formas de discriminação, nomeadamente em função do sexo, identidade de género e deficiência, pugnano pelo princípio da igualdade, dignidade e efetividade de direitos.</p>
--	---

2. Igualdade entre Mulheres e Homens

As mulheres, em razão do seu sexo, estiveram privadas em muitos dos seus direitos civis, políticos e sociais até meados do século XX. Nas últimas seis décadas, acelerou-se o gozo e o exercício de múltiplos direitos.

A Carta das Nações Unidas (1945) já continha a referência ao princípio da igualdade entre homens e mulheres, fato que não impediu que a Declaração Universal dos Direitos Humanos que afirma os direitos de forma universal e positiva fosse inicialmente chamada de Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948). Este foi o início de um caminho. Criaram-se órgãos dinamizadores destes princípios com especial incidência na Europa que tem proclamado e promovido os direitos políticos, civis e sociais, das mulheres.

Em Portugal o conceito de igualdade entre homens e mulheres surge no pós 25 de abril, pois só na Constituição da República Portuguesa de 1976 é que se consagra a capacidade eleitoral ativa e passiva e a igualdade em razão de “ascendência, sexo, raça, língua, terri-

tório de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual.” (artº13, CRP).

Os dados mais recentes (boletim estatístico da CIG, 2023) referem que as mulheres continuam a estar sub-representadas nos cargos de poder e tomada de decisão, tanto na política como na economia. No entanto, e por força da implementação de legislação em 2019 a representação de mulheres nos órgãos de administração das empresas do setor empresarial do Estado tem vindo a aumentar, situando-se em 42,1%, em 2022. Já no universo das empresas cotadas em bolsa, situou-se nos 32, 8%.

Os dados revelam, ainda, que na esfera de decisão política, as mulheres representam 37,5% do universo dos membros do XXIII Governo Constitucional, na sua composição inicial.

No que toca à independência económica, o mesmo boletim estatístico dá-nos conta que as mulheres continuam a auferir remunerações inferiores às dos homens, situando-se o *gender pay gap* (GPG) base nos 13,1% e o GPG ganho nos 15,9%, em desfavor das mulheres.

São estes os dados que nos fazem afirmar que as mulheres socialistas lutam por Mais Mulheres com Mais Poder de Decisão.

<p>O que fizemos:</p> <p>Reforçámos da representação equilibrada entre mulheres e homens nos órgãos de administração e de fiscalização do setor empresarial do Estado e das empresas cotadas em Bolsa (2017).</p> <p>Reforçamos da paridade no processo de tomada de decisão na Administração Pública e na Economia, (2019).</p> <p>Integrámos a perspetiva de género no Orçamento do Estado (2017).</p> <p>Garantimos igualdade remuneratória entre mulheres e homens por trabalho igual ou de igual valor (2018).</p> <p>Legislámos a partilha obrigatória de licença parental (2019).</p> <p>Avançámos na Lei da Paridade (2019).</p> <p>Desagregámos os dados por sexo na Administração Pública (2020).</p>	<p>O que propomos:</p> <p>Tomada de decisão</p> <p>Alterar Lei da Paridade – alternância de género nos dois primeiros lugares e no setor empresarial local.</p> <p>Aplicar as cotas participação ativa das mulheres com deficiência em processos de tomada de decisão (âmbito da Estratégia Europeia para os Direitos das Pessoas com Deficiência 2021-2030) fóruns, conselhos comunitários e órgãos consultivos nacionais e locais.</p> <p>Transpor a diretiva europeia do equilíbrio de género nas empresas para limiares de 40% nos lugares efetivos e suplentes.</p> <p>Prémio “Diversidade nas Lideranças” a atribuir a associações que nos seus órgãos sociais tenham equilíbrio de género nos diferentes órgãos (salvaguardando as associações feministas).</p>
--	--

<p>Garantimos prioridade das famílias monoparentais no acesso à habitação a criar no âmbito do PRR.</p> <p>Promovemos o acesso das empresas aos apoios à formação e qualificação condicionado à aplicação da Lei da Transparência Salarial com o objetivo de promover o combate às desigualdades entre mulheres e homens.</p> <p>Implementámos o programa Impulso Jovem STEAM que obriga à captação de raparigas e mulheres para as áreas da engenharia e da tecnologia.</p> <p>Promovemos o combate aos estereótipos de género e à segregação sexual no domínio das tecnologias e educação digital.</p> <p>Criámos o Empreende 2020 PEEC - Quotas para projetos empreendedores apresentados por mulheres. Majoração para setores altamente assimétricos do ponto de vista de género.</p> <p>Garantimos a prestação social para a inclusão que alarga o complemento solidário para idosos aos titulares da pensão de invalidez (2017).</p> <p>Garantimos aumentos e nivelações do abono de família (para combater a pobreza).</p> <p>Implementámos a gratuidade das creches (120 000 crianças).</p> <p>Criámos o programa impulso PME jovem para apoiar a entrada dos jovens no mercado de trabalho.</p> <p>Garantimos medidas de apoio ao reforço de emergência e equipamentos sociais e de saúde (MAREESS).</p> <p>Alargámos o planeamento familiar com ganhos em saúde.</p> <p>Alargámos a gratuidade de manuais escolares (2019).</p>	<p>Coesão Territorial e Poder Local</p> <p>Negociar com a Associação Nacional dos Municípios Portugueses a criação de um grupo de trabalho para a Igualdade.</p> <p>Avaliar o impacto de género das medidas dos planos de igualdade com produção de relatório de avaliação dos Planos de Igualdade Municipais (quadro de indicadores municipais).</p> <p>Negociar com a Associação Nacional de Municípios Portugueses a recomendação de orçamentos com perspetiva de género nos municípios.</p> <p>Mercado Trabalho e Economia</p> <p>Garantir licenças de parentalidade paritárias (salvaguardado o período de recuperação da mulher).</p> <p>Integrar o objetivo na concertação social da negociação coletiva desempenhar um papel mais importante na promoção da igualdade de género, em particular nas questões da conciliação entre atividade profissional e vida familiar, designadamente através da presença obrigatória destes objetivos nos instrumentos de contratação coletiva.</p> <p>Alargar a semana de 4 dias com perspetiva de género.</p> <p>Legislar incentivos fiscais para as empresas que registem índices menores de desigualdade salarial.</p> <p>Combater as Pink Taxes na fixação dos preços.</p> <p>Manter a trajetória de aumento do SMN garantindo mais independência económica</p> <p>Reforçar o apoio às famílias monoparentais</p>
---	---

<p>Fomentámos o associativismo e empreendedorismo local feminino.</p> <p>Implementámos as estratégias Locais de Habitação e fogos acessíveis.</p> <p>Garantimos a acessibilidade total de habitações aos jovens, que poderão beneficiar cumulativamente dos dois instrumentos de apoio (Porta 65 Jovem e Programa de Arrendamento Acessível), duplicando o número de jovens abrangidos.</p> <p>Reforçámos a proteção dos direitos dos jovens trabalhadores-estudantes, passando a poder acumular o abono de família, as bolsas de estudo e as pensões de sobrevivência com o salário até 14 x SMN.</p> <p>Acompanhámos o Plano Setorial da Defesa Nacional para a Igualdade 2019-2021.</p>	<p>Avaliar a aplicação da legislação relevante em matéria de Igualdade salarial e de pensões na perspetiva da Igualdade de Género.</p> <p>Atribuir um montante anual de apoio social a todas as crianças em risco de pobreza extrema.</p> <p>Garantia para a Infância – garantir a todas as crianças e jovens o acesso a um conjunto de serviços essenciais à defesa dos seus direitos, para combater a pobreza infantil e promover a igualdade de oportunidades para todos</p> <p>Educação</p> <p>Aumentar a percentagem de mulheres na academia, incluindo por processos de seleção direcionados e quotas e criar ligações entre a educação e a indústria.</p> <p>Avaliar do impacto de género nos planos de igualdade no Ensino Superior.</p> <p>Fomentar através dos processos educativos, novas masculinidades porque eliminar as masculinidades tóxicas assentes em relação de dominação e poder; e novas feminilidades, os as raparigas aprendam a ser livres, emancipadas e a não submissão.</p> <p>Saúde</p> <p>Incentivar e financiar investigação científica que garanta o estudo do impacto de género nas diferentes áreas da saúde.</p> <p>Acompanhar e monitorizar a legislação sobre IVG, garantindo o acesso livre, seguro e digno.</p> <p>Iniciar a reflexão sobre o alargamento da IVG das 10 para as 12 semanas.</p> <p>Garantir que todas as pessoas têm acesso</p>
--	---

igual a tratamentos de PMA, reconhecendo a infertilidade como um problema que afeta mulheres e homens.

Garantir **apoio psicológico durante todo o processo de PMA**, reconhecendo o impacto na saúde mental que a infertilidade e os tratamentos podem ter em mulheres e mulheres.

Reforçar o apoio ao nível dos cuidados, em articulação com o Ministério da Educação de saúde à MGF e outras práticas nefastas.

Combater a **pobreza menstrual** com a distribuição gratuita nos centros de saúde de produtos de higiene íntima.

Garantir a **prevenção e combate da violência obstétrica**, tendo em conta dados preocupantes de violência a este nível no nosso país.

Assegurar a disponibilidade de serviços obstétricos de emergência.

Assegurar serviços de **saúde mental de base comunitária em todo o território**.

Habitação

Garantir que todas as pessoas, independentemente do género, tenham **igual acesso a programas de habitação** e financiamento.

Acompanhar o Programa Porta65 Jovem a **famílias monoparentais** cujos progenitores tenham mais de 35 anos.

Promover a **inclusão de mulheres em todas as fases do processo de desenvolvimento das políticas de habitação**, do planeamento até a implementação, para garantir que suas necessidades e perspectivas são consideradas

Avaliar o **impacto das políticas de habita-**

	<p>ção na igualdade de género, ajustando-as conforme necessário para garantir resultados positivos.</p> <p>Referenciar as famílias monoparentais de forma prioritária no acesso à habitação.</p> <p>Inclusão</p> <p>Aumentar os programas e dotações orçamentais para bolsas de estudo e apoios destinados a mulheres e raparigas com deficiência e garantir a acessibilidade e alojamento.</p> <p>Juventude e Desporto</p> <p>Promover a educação para o consentimento sexual.</p> <p>Ampliar o debate das mulheres que por opção própria não querem seguir o caminho da maternidade discussão e quebrar os preconceitos da maternidade.</p> <p>Disponibilizar meios de despistagem de doenças sexualmente transmissíveis em todo o território.</p> <p>Promover o desporto feminino em todas as suas modalidades e o equilíbrio de género nas lideranças.</p> <p>Medidas transversais</p> <p>Integrar a perspetiva de género em todos os domínios de governação.</p> <p>Garantir que toda a produção estatística produzida no âmbito da administração pública é desagregada por sexo.</p> <p>Garantir a continuidade e aprofundamento do Orçamento de Estado com perspetiva de Género.</p>
--	--

3. Economia do Cuidado

A economia do cuidado reconhece e valoriza o trabalho de cuidado não remunerado, maioritariamente realizado por mulheres em atividades como cuidar de crianças, idosos, doentes e realizar tarefas domésticas.

Estas atividades são fundamentais para o funcionamento da sociedade e da economia, mas são subvalorizadas e não são contabilizadas nas medidas tradicionais de produção económica, como por exemplo, no Produto Interno Bruto (PIB). As políticas públicas devem reconhecer a importância de redistribuir de forma mais equitativa as responsabilidades de cuidado.

A conferência mundial de Nairobi 1985 e a Plataforma de Ação de Pequim aprovada na IV Conferencia Mundial sobre as Mulheres em 1995, definem os usos do tempo como uma das suas linhas de intervenção prioritária.

O estudo sobre “Os usos do tempo de homens e mulheres em Portugal” de 2016 vem concluir “que persiste em Portugal o estereótipo estruturante da organização social segundo o qual o trabalho não pago, doméstico e de cuidado a prestar à família, constitui responsabilidade principal das mulheres, pelo que continua a não ser considerado injusto, quer por mulheres, quer por homens, que, no conjunto do trabalho pago e não pago, as mulheres trabalhem mais do que os homens, ainda que tal impeça, de facto, a igualdade entre homens e mulheres, designadamente no que se refere aos indicadores pertinentes, incluindo os dos Índices de Desenvolvimento Humano.” (p 171)

É, pois, necessário dar visibilidade a este lado da economia.

Demonstra, ainda, que persiste uma assimetria significativa entre o tempo de trabalho pago e não pago de mulheres e de homens, motivada pela elevada disparidade entre o tempo de trabalho não pago, apesar das políticas públicas em Portugal, designadamente no domínio das licenças autónomas para os homens quando são pais. Os governos do Partido Socialista alteraram o conceito e os tempos das licenças de parentalidade. Mas é necessário promover o equilíbrio no uso da licença parental garantindo que o uso da licença não é transferível nem partilhável.

<p>O que fizemos:</p> <p>Legislámos a residência alternada (2020).</p> <p>Investimos na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados para reduzir a sobrecarga do trabalho não pago de cuidado que ainda recai sobre as mulheres, e que prejudica a sua plena participação no mercado de trabalho.</p> <p>Programa 3 em Linha 2018/19.</p>	<p>O que propomos:</p> <p>Conciliação e Parentalidade</p> <p>Garantir licenças de parentalidade 50/50 (salvaguardado o período de recuperação da mulher).</p> <p>Propor a criação de creches noturnas e creches para missões especiais das forças armadas.</p> <p>Criar núcleos locais para a infância no âmbito das redes sociais locais.</p>
---	---

<p>Legislámos o direito ao teletrabalho que alarga até aos 8 anos de idade da criança o direito de os trabalhadores exercerem a atividade em regime de teletrabalho no caso de famílias monoparentais, ou desde que ambos os progenitores o façam em períodos alternados. que podem ir até um ano de duração.</p> <p>Criámos o Banco de horas grupal: Com filhos até 3 anos – todos os pais e com filhos entre 3 e 6 anos – se outro progenitor tiver impedimento.</p> <p>Consagramos o direito ao teletrabalho para os cuidadores informais.</p> <p>Criámos o Estatuto do Cuidador Informal, (2019).</p> <p>Aumentámos o Subsídio Parental Inicial para 90% da remuneração.</p> <p>Adequámos as licenças e subsídios parentais aos trabalhadores que adotem ou sejam família de acolhimento.</p> <p>Alargámos as candidaturas ao Programa Porta65 Jovem a famílias monoparentais cujos progenitores tenham mais de 35 anos.</p> <p>Demos prioridade no Programa de Arrendamento Acessível para rendimentos anuais até 35.000€ (Programa Porta65 Jovem.).</p>	<p>Atribuir um montante anual de apoio social a todas as crianças em risco de pobreza extrema.</p> <p>Trabalho não pago</p> <p>Incluir explícita e conseqüente na ordem jurídica portuguesa no conceito de “atividades de trabalho” dos cuidados não pagos à família, incluindo o trabalho doméstico, na linha do preconizado pela Organização Internacional de Trabalho, em 2013.</p> <p>Reconhecer na legislação o valor do trabalho doméstico não pago, calculando o seu valor no PIB nacional.</p> <p>Contabilizar o trabalho não pago como fator de riqueza.</p> <p>Renumerar o cuidado não pago, assegurado maioritariamente por mulheres.</p> <p>Valorizar as profissões ligadas ao cuidado, nomeadamente geriátrico, promovendo o reconhecimento social das mesmas, combatendo, dessa forma, a desigualdade salarial.</p>
---	---

4. Não Discriminação

A coesão social é um alicerce essencial do desenvolvimento sustentável. O futuro ficará comprometido por decisões e políticas que fomentam práticas de desigualdade e exclusão de grupos mais vulneráveis, tidos como não normativos.

Esta candidatura assume o compromisso de ativar consciências e de abordar a interseccionalidade da diversidade e inclusão, de forma ampla e aprofundada. Reconhece a relevância dessa abordagem na definição de políticas públicas que visem a diminuição das desigualdades e desvantagens decorrentes da discriminação, promovendo o conhecimento consolidado sobre as necessidades reais.

Estima-se que em Portugal residam cerca de 1.792,719 de pessoas com deficiência, com 5 ou mais anos, o que representa cerca de 17% da população portuguesa, com dificuldade em realizar tarefas da via diária. Segundo os Censos de 2011, 61% são do sexo feminino e 39% são do sexo masculino.

A dificuldade de inclusão das pessoas com deficiência, nas dinâmicas sociais, é mais acentuada face à restante população.

As mulheres com deficiência enfrentam desafios da interseção da sua identidade de género e condição, sendo relegadas para uma posição particularmente vulnerável, acumulando as desigualdades baseadas no sexo e na deficiência. A sua vulnerabilidade é refletida em múltiplas e agravadas formas de discriminação e exclusão verdadeiramente injustas.

A interseccionalidade aumenta barreiras no acesso a oportunidades de escolaridade, formação superior, emprego, cuidados de saúde, participação social e de envolvimento político. Estas mulheres são confrontadas com a negação da sua representatividade social. A sua condição coloca-as em situação de desvantagem em relação às restantes mulheres e no âmbito do grupo das pessoas com deficiência.

São vários os obstáculos, jurídicos, económicos e socioculturais, que as mulheres com deficiência enfrentam diariamente, dificultando-lhes o pleno exercício de uma cidadania plena.

Consciente desta realidade, na defesa de uma sociedade justa e igualitária, na qual a diversidade seja respeitada e nenhuma mulher seja esquecida, a minha candidatura apresenta medidas concretas para combater a discriminação contra mulheres com deficiência.

Queremos provocar reflexões temáticas ampliadas, de ressignificação da deficiência e do anticapacitismo, capazes de dar expressão às características que individualizam a experiência identitária de uma pessoa com deficiência, expondo injustiças e desigualdades de acesso a direitos a bens e serviços.

<p>O que fizemos:</p> <p>Revertemos os retrocessos à IVG (2016).</p> <p>Alargámos a garantia o acesso de todas as mulheres à procriação medicamente assistida (PMA), independentemente do estado civil ou orientação sexual (2016).</p> <p>Aprovámos a inseminação post mortem PMA, (2021).</p> <p>Direito à autodeterminação da Identidade de Género.</p> <p>Aprovámos a Morte Medicamente Assistida</p> <p>Aprovámos o acesso à Gestaçao de Substituição (GS).</p> <p>Proibimos a discriminação na dádiva de sangue (2021).</p> <p>Garantimos a igual dignidade legal à homo e heteroparentalidade -adoção casais do mesmo sexo, (2016).</p> <p>Estabelecemos o regime jurídico da prevenção e do combate à discriminação em razão de origem racial e étnica, cor, nacionalidade, ascendência e território de origem (2017).</p> <p>Alargámos a abrangência da Lei da Nacionalidade (2020).</p> <p>Reforçamos os apoios ao emprego das pessoas com deficiência.</p> <p>Acolhemos refugiados e imigrantes.</p> <p>Publicámos a Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030 - Portugal + Igual.</p> <p>Publicámos o 1º Plano Nacional de Combate ao Racismo e à Discriminação 2021-2025.</p>	<p>O que propomos:</p> <p>Combater o racismo e xenofobia.</p> <p>Acompanhar a implementação do novo Plano Nacional de Combate ao Racismo e à Discriminação.</p> <p>Propor iniciativas que combatam o discurso do ódio.</p> <p>Acompanhar o trabalho desenvolvido pelo observatório racismo e xenofobia.</p> <p>Propor a realização de inquéritos à população para conhecer a realidade das pessoas racializadas.</p> <p>Negociar com a Associação Nacional dos Municípios Portugueses a recomendação para a implementação de planos municipais de combate ao racismo e xenofobia.</p> <p>Propor a elaboração estudos para conhecer as práticas de serviços públicos com cidadãos racializados.</p> <p>Inclusão e integração</p> <p>Concluir a autonomização institucional do combate à discriminação racial face às questões migratórias, desconstruindo estereótipos, assegurando a universalidade e promovendo o acesso dos grupos discriminados ao sistema educativo, desde a educação pré-escolar ao ensino superior, com vista ao desenvolvimento e promoção da igualdade de oportunidades.</p> <p>Garantir que os planos de mobilidade municipais ou os instrumentos semelhantes estimulam as políticas de acessibilidade e inclusão, com medidas específicas de apoio.</p> <p>Organizar iniciativas de reflexão multidisciplinar e de produção de conhecimento, sobre a importância da acessibilidade para a inclusão.</p>
--	---

	<p>Acompanhar a implementação da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (ENICC).</p> <p>Acompanhar e monitorizar as medidas em matéria de proibição do casamento infantil forçado, em comunidades éticas e ciganas.</p> <p>Alterar a Lei do Asilo, para que passe a incluir a expressão de género e as características sexuais na definição de «grupo», para efeitos de concessão do direito de asilo.</p> <p>Direitos pessoas LGBTIQ+</p> <p>Combater a discriminação baseada na orientação sexual, lançando campanhas com vista à desconstrução de estereótipos e prevenção de práticas homofóbicas, bifóbicas, transfóbicas e interfóbicas, desenvolvendo instrumentos didáticos que potenciem uma maior sensibilização perante as questões da identidade de género e da orientação sexual em meio escolar.</p> <p>Promover uma cultura de igualdade e não discriminação entre homens e mulheres, combatendo estereótipos nas escolas e nas práticas pedagógicas, desenvolvendo uma estratégia específica para apoio às pessoas transsexuais e aos processos de transição.</p> <p>Rever o regime antidiscriminação tendo em vista a proteção contra a discriminação em razão da orientação sexual, identidade e expressão de género.</p>
--	--

5. Combater a Violência de Género

As Mulheres Socialistas comprometem-se a promover a erradicação da violência baseada no género em todas as idades através de instrumentos legislativos de combate à violência contra as mulheres, à violência doméstica e a outras formas de violência baseada no género.

Queremos implementar um quadro específico para combater a violência e o cibercrime em linha, que limita o direito das mulheres a expressarem-se sem medo e de forma livre nas diferentes formas de atividade.

Debateremos de forma ampla e livre as violências que recaem contra todas as mulheres de todas as idades, contra o assédio sexual, a exploração sexual e a violência on-line, incluindo doxin, pornografia de vingança e assédio cibernético.

O que fizemos:	O que propomos:
<p>Garantimos a regulação urgente (em 48 horas) das responsabilidades parentais em situações de violência doméstica (2017).</p> <p>Legislámos sobre a proteção da Intimidade da Vida Privada na Internet (2018).</p> <p>Reforçámos o quadro legislativo para prevenir o assédio no trabalho (2019).</p> <p>Reforçámos o quadro sancionatório e processual em matéria de crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual de menores (2020).</p> <p>Alargámos a proteção das vítimas de violência doméstica, clarificando a aplicação do Estatuto de Vítima a crianças ou jovens até aos 18 anos (2021).</p> <p>Criámos a Base de Dados de Violência contra as Mulheres e Violência Doméstica - BDVMVD (2021).</p> <p>Implementámos a Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário com prioridade às vítimas de violência doméstica</p>	<p>Assegurar a avaliação da legislação e das políticas com base no género para garantir a eficácia da igualdade de fato em todos os domínios abrangidos pela Convenção de Istambul, nomeadamente no que se refere à discriminação direta e indireta e aos crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual das mulheres.</p> <p>Assegurar que a discriminação contra as mulheres e as suas formas agravadas e interseccionais sejam adequadamente consideradas na legislação em benefício de mulheres mais vulneráveis.</p> <p>Organizar iniciativas de conscientização sobre a interseção entre deficiência e violência de género, reconhecendo a importância de adotar abordagens ajustadas à problemática.</p> <p>Garantir o afastamento do agressor da denominada “casa de morada de família” garantindo assim que a violência sobre a mulher não é uma dupla violência.</p> <p>Propor a criminalização dos discursos de ódio.</p> <p>Promover o combate e a desocultação do Assédio Moral e Sexual.</p>

	<p>Promover o combate ao Assédio Sexual.</p> <p>Criar a Linha Nacional “SOS Assédio Sexual”.</p> <p>Melhorar o acesso às políticas públicas em matéria de saúde e segurança social às pessoas que se prostituem.</p> <p>Construir planos de saída para pessoas que se prostituem.</p> <p>Assegurar a continuidade da intervenção, através do Orçamento de Estado ao financiamento da RNAVVD na transição dos apoios dos fundos estruturais.</p> <p>Apoio judiciário automático a vítimas de VD (tal como já existe para agressores).</p> <p>Dar plena concretização ao disposto na Convenção de Istambul em matéria de Violência de Género.</p> <p>Clarificar no plano da legislação interna qualquer dúvida que possa existir quanto à ilicitude de ato sexual não consentido – Não é Não!</p> <p>Assegurar o reforço da legislação sobre a violência contra as mulheres e a violência doméstica que inclua uma definição baseada no consentimento e disposições que criminalizem todas as formas de abuso sexual (inclusive verbal e não verbal) e a violência online contra mulheres e raparigas.</p> <p>Acompanhar as medidas para combater novas formas de violência on-line nomeadamente ao nível dos discursos de incitamento ao ódio, cyberperseguição e ciberassédio e outras discriminações e violações dos direitos humanos.</p> <p>Alargar a Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica, de modo a garantir a cobertura integral do território nacional.</p>
--	---

	<p>Oferecer respostas mais especializadas para os vários casos de violência doméstica e de género e reforçar formação especializada aos diferentes intervenientes no sistema de prevenção e proteção das vítimas de violência doméstica.</p> <p>Prever expressamente a figura jurídica e agravar as consequências legais da disseminação não consentida de conteúdos íntimos através de meios digitais.</p> <p>Assegurar acessibilidades em todas as casas de apoio a mulheres vítimas.</p> <p>Promover a formação das equipas nas casas de apoio a mulheres vítimas centrando esta formação nas necessidades específicas de mulheres com deficiência.</p> <p>Promover programas de prevenção primária dirigido a todos os ciclos de ensino, a aplicar de forma transversal em todas as disciplinas, com o objetivo de erradicar a tolerância social às várias formas de violência doméstica e violência de género e criar uma cultura coletiva anti violência nas relações de intimidade.</p> <p>Garantir assessoria especializada nos Gabinetes de Apoio e Atendimento a Vítimas em todos os Departamentos de investigação e ação penal.</p> <p>Reforçar o combate ao TSH para fins de exploração sexual e laboral.</p> <p>Reforçar o combate à MGT e outras práticas nefastas através de uma articulação reforçada entre o Ministério da Saúde e o Ministério da educação.</p>
--	--

6. Novas Desigualdades

Designam-se de “novas desigualdades”, aquelas que estão relacionadas com as alterações climáticas e as resultantes de “digital gender gap” que são fenómenos emergentes e que refletem disparidades significativas em acesso, oportunidades e impacto.

As mudanças climáticas frequentemente afetam de forma desigual as comunidades em todo o mundo. Populações em países em desenvolvimento, muitas vezes mais dependentes de recursos naturais para subsistência, podem enfrentar impactos mais graves. Sabemos que os recursos necessários para adaptação e mitigação, como tecnologias verdes e infraestrutura resistente ao clima, podem não estar disponíveis de maneira equitativa no território, aprofundando desta forma as disparidades.

Pese embora já se discuta se é ou não possível atingir a neutralidade carbónica o mais tardar em 2050 e manter o aquecimento global a 1,5°C, na verdade importa manter a trajetória para uma transição justa que proteja quem trabalha, que proteja os mais vulneráveis desenhando medidas e políticas públicas com impacto de género.

O plano de recuperação e resiliência já em curso aposta em medidas e instrumentos que promovem o progresso ambiental com a aplicação de reformas energéticas.

A participação das mulheres na economia digital incluindo empregos em STEM (Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática), pode ser inferior devido a estereótipos de género e a desigualdades educacionais.

Já no que toca à atual discussão sobre a Inteligência artificial os estudos indicam oportunidades e riscos. E perante riscos só podemos assumir a necessidade de regulamentação garantindo assim que a Inteligência Artificial contribui para o reequilíbrio da sociedade em razão do sexo feminino. No campo das oportunidades abrem-se perspectivas, como por exemplo nas áreas da investigação e desenvolvimento, uma vez que esta tecnologia quebra barreiras nas tecnológicas vigentes, a par da computação quântica.

É neste quadro que a educação para a cidadania surge com especial enfoque nas iniciativas que promovam a educação e a conscientização sobre questões de género, bem como a educação ambiental, pois estas ações podem ajudar a reduzir disparidades.

<p>O que fizemos:</p> <p>Estabelecemos a Carta Portuguesa de Direitos Humanos na Era Digital, um documento que enuncia os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos em contexto digital (2021).</p> <p>Reforçámos a proteção jurídico-penal da intimidade da vida privada na Internet, agravando as penas relacionadas com casos de violação da intimidade de vida privada na internet em contexto de rela-</p>	<p>O que propomos:</p> <p>Alterações Climáticas e Coesão Territorial</p> <p>Monitorizar o impacto social da implementação de políticas e ações previstas no Pacto Ecológico Europeu de modo a assegurar que em 2050 a sociedade é mais resiliente às alterações climáticas, mas inclusiva e justa e que valoriza o contributo das mulheres neste processo de transição verde.</p>
--	--

<p>cionamento (“pornografia de vingança”) (2018).</p> <p>Promovemos redes de transportes mais flexíveis.</p> <p>Criámos o regime de apoio simplificado às pequenas proprietárias rurais.</p> <p>Fomentámos o associativismo e empreendedorismo local feminino.</p>	<p>Garantir políticas de mobilidade que atendam ao impacto de género – transportes que circulem entre as escolas, centros de saúde e uma relação com os transportes públicos que permitam a melhoria da mobilidade do cuidador.</p> <p>Promover medidas para se combater localmente a “pobreza energética” na transição climática.</p> <p>Promover o uso de mobiliário urbano sensível às questões da violência de género (ex: paragens de transportes público transparentes).</p> <p>Criar respostas adequadas aos meios rurais, onde não existem sistemas de transportes públicos, diversificando e adaptando a oferta de serviços de transporte, designadamente ‘<i>on demand</i>’.</p> <p>Incorporar a paridade no conceito de “ciudades inteligentes”, usando as tecnologias para combater as desigualdades de género e as discriminações, bem como os desequilíbrios regionais, majorando os apoios à formação e promovendo o acesso às tecnologias dos grupos da população que se encontrem em risco de exclusão.</p> <p>Assegurar que a transição para uma economia circular, integra a dimensão da igualdade de género, incentivando modos de produção e consumo mais sustentáveis e de consumo mais sustentáveis.</p> <p>Inteligência Artificial</p> <p>Acompanhar e garantir que o desenvolvimento e a inclusão da inteligência artificial nos vários setores da sociedade, a nível nacional, não seja uma ameaça aos direitos humanos já alcançados</p> <p>Integrar a dimensão da igualdade de género nas estratégias para o bem-estar social e ambiental.</p>
--	--

Promover a formação de mais mulheres na área da **Inteligência Artificial**, para que a computação e informática deixe de ser dominadas pelos homens.

Apostar na reorganização da sociedade, da **mobilidade à segurança**, da produtividade ao lazer com o apoio da **Inteligência Artificial** garantindo que o algoritmo é interseccional.

Reorganizar os **centros urbanos** usando a **Inteligência Artificial** implementando medidas que respondam à mobilidade, segurança, violência de género e racismo, com a **lente de género interseccional**.

Educação para a Cidadania

Reconhecer o compromisso com os “**Territórios Educadores**”, e com a “**Educação para a Cidadania e para a Igualdade**”, implementando medidas de política local eficazes para a sua concretização.

Acompanhar a implementação da **Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania**, que deverá evidenciar o “igual valor” das diferenças de sexo para evitar a “naturalização” das desigualdades.

Criar o orçamento participativo para a Igualdade de Género.

Apoiar políticas que contribuam para a eliminação do abandono escolar precoce bem como para a democratização do acesso ao ensino superior.

Ampliar os programas “Engenheiras por um Dia” e a “Aliança para a Igualdade” nas TIC

Criar o programa “**Um dia com Mulheres**” sejam elas Presidentes de Câmara, Presidentes de Junta, CEO ou Investigadoras.

	<p>Realizar concursos em escolas para desenhar os logotipos das comemorações da igualdade (em parceria com os municípios)</p> <p>Criar clubes para a Igualdade (à semelhança dos clubes para a Ciência que existem na europa nas escolas).</p>
--	---

7. Reforço da Igualdade de Género nas Estruturas do PS

Orgulhamo-nos da criação em 2002 do Departamento Nacional das Mulheres Socialistas (DNMS), que com a sua afirmação trouxe para a agenda política interna e externa a necessidade de promover e afirmar as políticas de Igualdade em todas as esferas da governação.

Nas últimas duas décadas o Partido Socialista foi pioneiro na capacitação e empoderamento das mulheres socialistas ao criar as quotas nas listas internas e nas listas candidatas a órgãos de soberania. Foi essa a experiência que permitiu alargar a prática e transpô-la para a legislação nacional.

A revisão estatutária de 2018 consagrou o desejo de fazer da estrutura das Mulheres Socialistas uma estrutura com mais autonomia e mais dedicada aos novos desafios, alinhando os seus objetivos com a agenda para a Igualdade da ONU: paridade 50/50. Este objetivo conduz à necessidade de ter mais mulheres capacitadas e por isso foi, e é, necessário reforçar as estruturas abrindo portas às estruturas concelhias.

É o conjunto das estruturas nacional, federativas e concelhias que se constitui como ferramenta para o empoderamento, a capacitação e a transformação do papel das mulheres socialistas na política e na afirmação dos princípios da Igualdade.

Esta é uma conquista de que nos orgulhamos. Mas sabemos que ainda não cobrimos o território a 100%, e esse é um dos nossos compromissos: garantir estruturas de base concelhia que se constituem como medidas positivas de mitigação do desequilíbrio de género que sentimos.

<p>O que fizemos:</p> <p>Transitámos a estrutura das mulheres socialistas de Departamento (DNMS) para Estrutura (Mulheres Socialistas -Igualdade e Direitos) com reforço de competências, representação e representatividade.</p> <p>Criámos as estruturas de base concelhia das MS-ID em mais de 50% dos concelhos, com Secretariado e Comissão Política Concelhia, trazendo para a atividade partidária mais de 4 mil mulheres.</p> <p>Registámos um aumento da representação e da representatividade de 30% das Mulheres Socialistas (MS-ID) nos órgãos internos do PS.</p>	<p>O que propomos:</p> <p>Recomendar listas com alternância de género nos dois primeiros lugares.</p> <p>Promover listas paritárias a todos os níveis da intervenção partidária;</p> <p>Promover a liderança de mulheres para as estruturas federativas e concelhias do PS.</p> <p>Assegurar mais mulheres em lugares primeiros das listas.</p> <p>Promover o empoderamento das mulheres nas listas.</p> <p>Consolidar as Estruturas Concelhias das Mulheres Socialistas -Igualdade e Direitos, alargando-as a todos os concelhos.</p>
---	---

<p>Aprovámos, em 2018, a Resolução do Partido Socialista Europeu (PES) Por uma Europa com Igualdade de Género e Mulheres Emancipadas (PES Women).</p> <p>Aprovámos o Manifesto para a Igualdade - Legislativas 2019.</p> <p>Aprovámos no Secretariado e na Comissão Política Nacional do PS o Manifesto para a Igualdade no Poder Local das MS-ID - Autárquicas 2021 tendo sido adotado em vários programas eleitorais.</p>	<p>Garantir a participação ativa das estruturas das Mulheres Socialistas - Igualdade e Direitos em todos os níveis da atividade do partido, em conformidade com o preconizado no nº 8 do art.º 67 dos Estatutos do PS, em particular no que se refere à sua consulta obrigatória nos processos de designação de candidatos e candidatas a titulares de cargos políticos.</p> <p>Acompanhar o debate sobre as Políticas de Igualdade a nível europeu e internacional, com o objetivo de influenciar os resultados da negociação, assegurando que a Igualdade de género seja uma prioridade nos futuros programas europeus e nacionais, privilegiando uma participação ativa junto do Partido Socialista Europeu, em particular do <i>PES Women</i>.</p> <p>Criar o “Clube Feminista” dando a palavra às militantes trazendo-as para o palco político e pedindo-lhes que façam connosco a reflexão sobre um livro, um filme ou mesmo uma história pessoal.</p> <p>Participar ativamente nas eleições legislativas e europeias e autárquicas com propostas para o reforço da Igualdade e não Discriminação.</p>
---	--

Paralelamente desenvolveremos as seguintes ações estratégicas:

Fomentar o **diálogo permanente com as estruturas federativas e concelhias** para o reforço da territorialização da intervenção política

Dar continuidade ao projeto das **Escolas de Verão/Inverno** focando no Empoderamento e Capacitação das Mulheres para a Ação Política

Criar uma **rede de mentoring e empoderamento** de mulheres para uma maior participação política, investindo numa mudança verdadeiramente transformadora.

Reunir periodicamente o Conselho Estratégico constituído por mulheres e homens para a partilha de saberes e experiências de modo a promover uma visão mais global e informada que permita desenvolver propostas inovadoras para a concretização da igualdade

Realizar o **manifesto para a Igualdade no Poder Local** das Mulheres Socialistas -Igualdade e Direitos para as eleições autárquicas de 2025

Acompanhar os debates da atualidade bem como as iniciativas legislativas e políticas relevantes, quer ao nível nacional, europeu e internacional, designadamente no que se refere à Agenda 2030 da ONU, e Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação – Portugal+Igual e os planos Plano de ação para a igualdade entre mulheres e homens (PAIMH), Plano de ação para a prevenção e o combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica (PAVMVD) e o Plano de ação para o combate à discriminação em razão da orientação sexual, identidade e expressão de género, e características sexuais (PAOIEC)

Manter uma forte relação com o PES Women participando nas reuniões e em todas as atividades

Privilegiar uma participação ativa junto da Rainbow Rose.

Sabemos que não há direitos garantidos. Sabemos que os direitos são conquistados.

Percorremos um vasto caminho e lutamos pela Igualdade todos os dias.

Não ontem. Não hoje. Mas sempre!

Afirmamos, assim, uma economia mais justa, uma sociedade mais sustentável e uma cidadania plena.

O Futuro é Igualdade!

Elza Pais

O Futuro é IGUALDADE



Elza Pais

Candidatura

MS-ID | 2023-2025